



PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDINÓPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

025. PROVA OBJETIVA

ASSISTENTE SOCIAL I

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 50 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas do início da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova e assine o termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

Leia a tira de Dik Browne a seguir para responder às questões 01 e 02:



(Disponível em: https://www.instagram.com/hagar_ohorrivel/)

01. Considerando o recurso visual e o diálogo de Hagar com o sábio, é correto afirmar que o efeito de sentido de humor decorre

- (A) da explicação do sábio para convencer Hagar de que vale a pena pagar pela revelação do segredo.
- (B) da manifestação de interesse de Hagar em ter sucesso financeiro com o conselho que o sábio lhe der.
- (C) da informação implícita de que Hagar é um dos tipos crédulos que garantem o sucesso do sábio.
- (D) do efeito, em Hagar, da atitude do sábio, que lhe apresenta um preço considerado exorbitante.
- (E) do sentido equivocado que o sábio atribui à pergunta de Hagar, à qual responde sucintamente.

02. Assinale alternativa em que o enunciado do texto está reescrito de acordo com a norma-padrão de regência e de crase.

- (A) Apresente à pessoas muito crédulas um serviço que elas possam pagar.
- (B) Ofereça à certas pessoas crédulas um serviço do qual não consigam recusar.
- (C) Faça à quem o consultar uma oferta de serviço de que ninguém se escuse.
- (D) Pessoas crédulas não têm força de resistir àquela boa proposta que oferecer.
- (E) À princípio, você deve convencer aos crédulos de que podem ter sucesso.

Leia o texto a seguir para responder às questões de 03 a 08:

A subjetividade do tribunal racial

A ex-oficial de chancelaria Flávia Goes de Medeiros foi exonerada do Itamaraty há poucas semanas por não ter sido considerada apta a se beneficiar do sistema de cotas, por meio do qual ingressou na instituição por concurso em 2024. O futuro da sra. Medeiros no serviço público está em discussão na Justiça, mas seu caso lança nova luz sobre o velho problema das tais “bancas de heteroidentificação”, verdadeiros tribunais raciais que, pautados por critérios absolutamente subjetivos, determinam, com base no olhar, quem é preto ou pardo o suficiente para ser digno de reparação histórica.

A Lei nº 15.142/2025 determina que podem concorrer a 30% das vagas reservadas no serviço público aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos, conforme os critérios utilizados pelo IBGE. Porém, o mesmo diploma legal estabelece que essa autodeclaração deve ser submetida a um procedimento de confirmação. Em outras palavras: o Estado que afirma confiar na palavra do cidadão para fins censitários é o mesmo que, no que concerne aos concursos públicos, demonstra não ter tanta confiança assim.

É no meio dessa confusão que as tais bancas de heteroidentificação, encarregadas de avaliar os traços fenotípicos dos candidatos, têm espaço de sobra para praticar uma espécie de “achismo” racial, chamemos assim. Não há parâmetros objetivos capazes de definir a partir de que tom de pele ou traço facial alguém deixou de ser negro. O resultado é este a que assistimos na administração e nas universidades públicas: a prevalência das percepções individuais dos membros dos tribunais raciais sobre critérios verificáveis de admissão, como, por exemplo, a condição socioeconômica dos postulantes.

Como bem observou ao Estadão o professor Wilson Gomes, da Universidade Federal da Bahia, causa espanto a normalização, no Brasil, de uma polícia racial encarregada de examinar o tamanho do nariz ou dos lábios de uma pessoa, o tipo de cabelo, a tonalidade da pele e outros traços distintivos para decidir quem tem direito a se beneficiar de uma política pública. A descrição do professor Gomes pode soar desconfortável para muitos, mas é exatamente isso o que tem ocorrido.

É óbvio que fraudes existem e têm de ser combatidas. Mas isso não justifica a institucionalização de um sistema que confere enormes poderes a terceiros para arbitrar identidades raciais que, repita-se, a lei autoriza que sejam autodeclaradas.

O País precisa debater sem paixões a existência dessas bancas de heteroidentificação. Na República, a vigência de políticas públicas não pode depender da avaliação pessoal de servidores incapazes de oferecer o que a própria Constituição exige deles: objetividade.

(Disponível em: <https://www.estadao.com.br/opiniao>, 02.06.2026. Adaptado)

03. Publicado sob a rubrica “Opinião”, o texto expressa pontos de vista associados a argumentos. Assinale a alternativa em que se expressa um ponto de vista associado ao respectivo argumento, em conformidade com o sentido do texto.
- (A) A exoneração de Flávia Goes de Medeiros está sendo discutida na justiça por inaptidão para entrar no sistema de cotas definido por lei.
 - (B) As bancas de heteroidentificação atuam como tribunais raciais por haver interferência de juízos pessoais na apreciação das autodeclarações dos candidatos.
 - (C) A Lei nº 15.142/2025 reserva 30% das vagas no serviço público a quem se declara preto ou pardo por decisão do IBGE, ao fixar as características raciais.
 - (D) As bancas julgam com base nas condições socioeconômicas dos candidatos por seguirem a letra fria da lei e atentarem para o limite de 30% das vagas.
 - (E) É confusa a tomada de decisões das bancas com base em traços fenotípicos por ter o candidato deixado de apresentar o documento que comprova o que declarou.
04. No quarto parágrafo, a matéria do jornal cita a opinião do professor Wilson Gomes, da Universidade Federal da Bahia. Esse recurso textual tem o objetivo de
- (A) convalidar a postura das bancas de heteroidentificação, por associação com as opiniões do professor citado.
 - (B) preservar a idoneidade do jornal, evitando que seja acusado de veicular fatos que carecem de prova consistente.
 - (C) apaziguar a polêmica em torno do assunto, deslocando a questão identitária do centro das atenções do leitor.
 - (D) comprovar a conveniência de a matéria se ater a opiniões que divirjam das suas, a fim de estimular o debate em torno do tema.
 - (E) ratificar o ponto de vista do jornal, mediante menção a uma fonte abalizada pela credencial acadêmica.
05. Assinale a alternativa em que o emprego e a colocação dos pronomes estão de acordo com a norma-padrão.
- (A) O candidato já aprovado em provas tem seus traços fenotípicos examinados por uma banca de heteroidentificação que deixa ele assumir ou não o cargo.
 - (B) A oficial de chancelaria não foi considerada apta a se beneficiar do sistema de cotas; exoneraram-na, por isso, há poucas semanas.
 - (C) Bancas de heteroidentificação têm espaço de sobra para praticar uma espécie de “achismo” racial e efetivamente praticam-no.
 - (D) Existe uma polícia racial que examina o tamanho do nariz ou dos lábios de uma pessoa, o tipo de cabelo etc.; e o pior é que lhe normalizaram.
 - (E) Há 30% das vagas no serviço público reservadas aos que se autodeclararem pretos ou pardos, mas essa autodeclaração submeterá-se a confirmação.
06. A passagem do texto em que se identifica emprego de palavra(s) em sentido figurado é:
- (A) O futuro da sra. Medeiros no serviço público está em discussão na Justiça, mas seu caso lança nova luz sobre o velho problema das tais “bancas de heteroidentificação”...
 - (B) A Lei nº 15.142/2025 determina que podem concorrer a 30% das vagas reservadas no serviço público aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos...
 - (C) Porém, o mesmo diploma legal estabelece que essa autodeclaração deve ser submetida a um procedimento de confirmação.
 - (D) Não há parâmetros objetivos capazes de definir a partir de que tom de pele ou traço facial alguém deixou de ser negro.
 - (E) Mas isso não justifica a institucionalização de um sistema que confere enormes poderes a terceiros para arbitrar identidades raciais...
07. Observe o emprego das aspas nas passagens:
- ... o velho problema das tais “bancas de heteroidentificação”... (1º parágrafo)
- ... têm espaço de sobra para praticar uma espécie de “achismo” racial, chamemos assim. (3º parágrafo)
- É correto afirmar que as aspas, nas respectivas passagens, sugerem a intenção de
- (A) fazer citação direta; sinalizar emprego de gíria.
 - (B) citar expressão técnica; expressar dúvida.
 - (C) provocar estranhamento; marcar precisão do termo.
 - (D) conferir ênfase; destacar a escolha do termo.
 - (E) destacar importância; reconhecer impropriedade do termo.
08. Considere as seguintes passagens:
- ... por não ter sido considerada **apta** a se beneficiar do sistema de cotas... (1º parágrafo)
- ... parâmetros objetivos **capazes de** definir... (3º parágrafo)
- ... o Estado que afirma **confiar na** palavra... (2º parágrafo)
- Assinale a alternativa em que as expressões destacadas estão expressas por seus respectivos antônimos e de acordo com a norma-padrão de regência.
- (A) insuficiente de; incapazes de; desacreditar na.
 - (B) inepta para; ineficazes para; descrever da.
 - (C) inabilitada a; impossíveis em; suspeitar da.
 - (D) incompetente para; difíceis para; prejudicar da.
 - (E) merecedora para; impróprios a; descredenciar da.

09. Assinale a alternativa redigida em conformidade com a norma-padrão de concordância verbal.

- (A) Afirma-se que prevalece na avaliação percepções individuais dos que compõe as bancas.
- (B) Destina-se exatamente 30% das vagas a candidatos que se autodeclara negro ou pardo.
- (C) Dado as condições legais, não faz sentido critérios adicionais envolvendo análise subjetiva.
- (D) O problema da análise feita pela banca são os estereótipos culturais que a leva a cometer erros.
- (E) Estabelecidos critérios na lei, resta questionar as razões que fazem duvidar das autodeclarações.

10. A alternativa em que os verbos estão conjugados de acordo com a norma-padrão é:

- (A) Parecia óbvio que existissem fraudes; e era necessário haver quem se dispõe a combatê-las.
- (B) É óbvio que, se existirem fraudes, será preciso identificar os que se proporem a combatê-las.
- (C) Sendo óbvio que existiam fraudes, por que a autoridade não interviu para combatê-las?
- (D) Se as autoridades previrem que haverá fraudes, devem agir de pronto para impedi-las.
- (E) Se a imprensa vir com informações sobre fraudes, será necessário apurar a os fatos.

MATEMÁTICA

11. A pessoa que gasta $\frac{2}{5}$ do que tem na conta bancária, em

seguida gasta novamente $\frac{2}{5}$ do que ainda restar na conta

bancária, e repete essa mesma ação uma terceira vez, termina, na conta bancária, com uma fração da quantia inicial igual a:

(A) $\frac{18}{125}$

(B) $\frac{27}{125}$

(C) $\frac{33}{125}$

(D) $\frac{39}{125}$

(E) $\frac{42}{125}$

12. A direção de um terminal rodoviário de ônibus pretende diminuir a ocorrência de partidas simultâneas da linha F, que parte a cada 4 minutos, e da linha G, que parte a cada 6 minutos. Para isso, vai alterar a frequência de partidas dessas linhas, propondo que, na linha F, haja partidas a cada 3 minutos e, na linha G, partidas a cada 5 minutos. Com essas alterações, o número de partidas simultâneas dessas linhas, no horário que inicia às 5 horas com a partida simultânea dos ônibus das duas linhas até às 10 horas, terá uma diminuição de

(A) 2.

(B) 3.

(C) 4.

(D) 5.

(E) 6.

13. Um projeto da prefeitura de um município estabeleceu a visitação de três mil domicílios para verificação das condições sanitárias de cada um deles. A equipe responsável planejou que, a cada dia de trabalho, fossem visitados 10% dos domicílios que ainda não tinham sido visitados.

Se o plano for executado conforme o planejado, após os três primeiros dias de trabalho, o número de domicílios que já foram visitados é igual a

(A) 900.

(B) 865.

(C) 844.

(D) 827.

(E) 813.

14. Em um município, foi feita uma enquete para verificar a razão, em cada bairro, entre o número de domicílios com 3 ou menos moradores e o número de domicílios com mais de 3 moradores. Na Vila Paraíso, os 48 domicílios geraram a razão $\frac{3}{5}$. O resultado da enquete feita

nos 65 domicílios do Jardim Felicidade mostrou que, em relação aos domicílios com 3 ou menos moradores, havia 2 unidades desse tipo a mais do que o número de domicílios do mesmo tipo verificado na Vila Paraíso.

No Jardim Felicidade, qual foi a razão obtida?

(A) $\frac{2}{5}$

(B) $\frac{5}{12}$

(C) $\frac{3}{7}$

(D) $\frac{4}{9}$

(E) $\frac{9}{20}$

15. Em uma das salas de uma imobiliária, 12 pessoas prepararam 216 envelopes de uma campanha de lançamento de um edifício em 30 minutos. Em outra sala, 26 pessoas trabalharam no mesmo preparo desse material durante 45 minutos. Supondo que velocidade de preparo desses envelopes seja igual para todos os envolvidos, qual é o número total de envelopes preparados por esses dois grupos?

(A) 918.

(B) 894.

(C) 870.

(D) 856.

(E) 834.

16. Quatro amigas participaram de uma campanha de arrecadação de fundos para o projeto de uma biblioteca comunitária. Milena conseguiu arrecadar o equivalente à metade do que Jane conseguiu. Kátia arrecadou 250 reais a mais do que o triplo de Jane. E Luana conseguiu exatamente a quarta parte do que Kátia arrecadou.

Sabendo que Kátia arrecadou R\$ 3.850,00, quanto Luana arrecadou a mais do que Milena?

(A) R\$ 284,50.

(B) R\$ 362,50.

(C) R\$ 390,50.

(D) R\$ 402,50.

(E) R\$ 413,50.

17. O supermercado CompraCerta fez uma promoção dos produtos X e Y. Aproveitando os bons preços, Paulo comprou 2 unidades de X e 3 unidades de Y e pagou, ao todo, 41 reais. Renato comprou 5 unidades de X e 2 unidades de Y e pagou, por essas unidades, a quantia de 53 reais. Tadeu comprou 3 unidades de X e 4 unidades de Y, e Valter comprou 4 unidades de X e 2 unidades de Y.

Em relação aos gastos desses dois produtos por essas quatro pessoas, a lista que indica a ordem de gastos, começando com quem menos gastou e terminando com quem mais gastou é:

- (A) Tadeu; Paulo; Valter; Renato.
- (B) Valter; Paulo; Tadeu; Renato.
- (C) Paulo; Valter; Renato; Tadeu.
- (D) Valter; Paulo; Renato; Tadeu.
- (E) Paulo; Tadeu; Valter; Renato.

18. Todos os funcionários de um setor de uma empresa foram consultados sobre cinco modelos de mesa de trabalho. Cada funcionário votou em uma única opção, e os números de votos obtidos para os modelos A, B, C, D e E foram, respectivamente: 1, 2, 3, 4 e 5. Com esses dados, foi construído um gráfico de setores circulares.

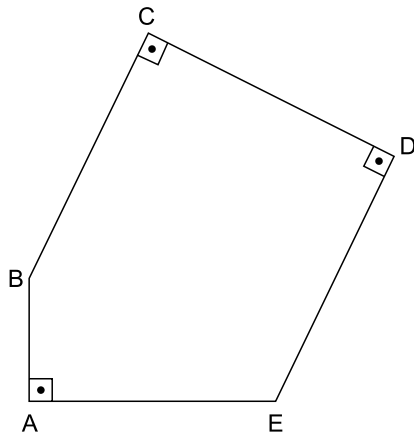
A soma da medida do ângulo central do setor que representa os votos no modelo A, com a medida do ângulo central que representa os votos no modelo C é igual a

- (A) 48° .
- (B) 60° .
- (C) 72° .
- (D) 96° .
- (E) 120° .

19. Em 2020, Teresa e Marcelo eram um casal sem filhos, e a média aritmética simples das idades dessa família de duas pessoas era igual a 26 anos. Em 2023, esse casal já possuía um filho com 2 anos e, em 2025, eles já tinham uma filha com 2 anos. Em 2025, a média aritmética simples das idades dos quatro componentes dessa família era menor do que a média aritmética das idades dos componentes da família em 2020 em

- (A) 9 anos.
- (B) 8 anos.
- (C) 7 anos.
- (D) 6 anos.
- (E) 5 anos.

20. A figura a seguir, fora de escala, representa um pátio em um edifício.



O segmento AB representa uma medida de 5 metros, e o segmento AE representa uma medida de 12 metros. Sabe-se, também, que o polígono representado pelos vértices BCDE é de formato quadrado. Com essas informações, é correto afirmar que a área desse pátio é de

- (A) 185 m^2 .
- (B) 192 m^2 .
- (C) 199 m^2 .
- (D) 203 m^2 .
- (E) 210 m^2 .

R A S C U N H O

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

21. Um profissional que possui a configuração padrão do MS-Windows 11 em seu computador está utilizando o programa Explorador de Arquivos para visualizar um arquivo de texto que precisa ser compartilhado com os demais integrantes de seu departamento. Para impedir alterações, ele planeja habilitar o atributo “Somente Leitura” para esse arquivo.

Ao clicar sobre o nome do arquivo com o botão secundário do mouse, qual é a opção do menu que surge que deve ser selecionada por esse profissional para que seja iniciada a ativação do atributo pretendido?

- (A) Configurações.
- (B) Permissões.
- (C) Privacidade.
- (D) Propriedades.
- (E) Recursos.

22. Considere um documento em preparação com o MS-Word 2016, em sua configuração padrão, cujas páginas possuem duas colunas de igual largura. Desejando que um dado parágrafo seja posicionado no início da próxima coluna, o usuário que o está editando deve inserir uma “Quebra de Coluna” antes desse parágrafo. Para executar essa ação, o usuário deve usar os recursos disponíveis na guia

- (A) Arquivo.
- (B) Design.
- (C) Exibir.
- (D) Inserir.
- (E) Layout.

23. Para avaliar os gastos mensais com limpeza realizados por sua empresa no primeiro semestre do ano, um funcionário organizou as informações em uma planilha do MS-Excel 2016, em sua configuração padrão, como mostrado a seguir:

	A	B
1	Mês	Despesa
2	Janeiro	R\$ 48.000,00
3	Fevereiro	R\$ 51.000,00
4	Março	R\$ 47.000,00
5	Abril	R\$ 55.000,00
6	Maio	R\$ 46.000,00
7	Junho	R\$ 45.000,00
8	Pior mês	Abril

Para obter a indicação automática sobre o “pior mês”, isto é, aquele em que houve o maior gasto, a fórmula que deve ser inserida na célula B8 é:

- (A) =ÍNDICE(A2:A7;CORRESP(MAIOR(B2:B7);B2:B7;0))
 (B) =ÍNDICE(CORRESP(MAIOR(B2:B7);B2:B7;0);A2:A7)
 (C) =ÍNDICE(A2:A7;CORRESP(MÁXIMO(B2:B7);B2:B7;0))
 (D) =ÍNDICE(A2:A7;CORRESP(MÁXIMO(B2:B7);0);B2:B7)
 (E) =ÍNDICE(CORRESP(MÁXIMO(B2:B7);B2:B7;0);A2:A7)

24. Um usuário do MS-PowerPoint 2016, em sua configuração padrão, está preparando uma apresentação na qual deseja incluir anotações específicas para cada slide, que não são visíveis para a audiência, mas que podem conter lembretes que servem de roteiro para o apresentador.

Assinale a alternativa que contém o modo de visualização a ser usado para editar as anotações desejadas.

- (A) Modo Normal.
 (B) Exibição de Leitura.
 (C) Disposição de Temas.
 (D) Classificação de Slides.
 (E) Apresentação de Slides.

25. Um servidor público que utiliza o conjunto de ferramentas e serviços disponíveis no Google Workspace deseja permitir que usuários externos agendem horários diretamente via Google Agenda. Para iniciar a concessão dessa permissão, ele deve clicar no botão + Criar, no canto superior esquerdo da tela do aplicativo, e selecionar a opção

- (A) Adição de agendamentos.
 (B) Agendamento de horários.
 (C) Autorização de conferência.
 (D) Marcação de compromissos.
 (E) Permissão de convocação.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26. As manifestações da questão social se apresentam como problemas sociais, carências, formas de exclusão, discriminação, segregação, aparentando fenômenos autônomos e independentes. No entanto, apreender com precisão a dinâmica da questão social e realizar as mediações para reproduzir fielmente seus múltiplos fenômenos contemporâneos, requer a análise das determinações sócio-históricas das desigualdades sociais e das manifestações da pobreza e da miséria, entendendo-os como resultado

- (A) da superação do pauperismo absoluto.
 (B) da desmotivação para o trabalho.
 (C) da supressão do modo de produção.
 (D) da dinâmica de acumulação capitalista.
 (E) da renovação da estrutura de classes.

27. No campo da Proteção Social, entende-se que a vulnerabilidade se manifesta pela condição de fragilidade dos indivíduos e famílias frente aos acontecimentos e situações adversas, que podem desencadear riscos pessoais e sociais. Assim sendo, a vulnerabilidade articula-se com a ideia de exposição ao risco. Ao adotar esse entendimento, a Assistência Social examina as estratégias de enfrentamento aos riscos e à queda de bem-estar.

Isso remete à contribuição da Assistência Social no fortalecimento dos indivíduos e das famílias em suas

- (A) expectativas futuras.
 (B) motivações e seus interesses.
 (C) capacidades de respostas.
 (D) habilidades inatas.
 (E) convicções e em seus princípios.

28. Ao instituir o Sistema de Proteção Social brasileiro, a Constituição Federal de 1988 ultrapassa a perspectiva de seguro social e inaugura a concepção de Seguridade Social como “um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”.

Apesar de seu caráter inovador, a seguridade social se caracteriza como um sistema híbrido, conjugando direitos de caráter universal (saúde), direitos derivados e dependentes do trabalho (previdência) e em relação à assistência social, direitos

- (A) secundários.
 (B) seletivos.
 (C) programados.
 (D) estruturais.
 (E) plenos.

29. Dentre os elementos essenciais da Política de Assistência Social, destaca-se a atenção diferenciada segundo níveis de proteção social básica e especial. Enquanto a Proteção Social Básica engloba as ações voltadas prioritariamente para as famílias e os indivíduos em situação de vulnerabilidade social, a Proteção Social Especial é dirigida àqueles que se encontram em situação de risco pessoal e social.

Para o atendimento a famílias e indivíduos que se encontram sem referência e/ou sob ameaça, necessitando a sua retirada do núcleo familiar ou comunitário, a Proteção Especial de Alta Complexidade prevê a oferta de programas e serviços de assistência

- (A) integral.
- (B) esporádica.
- (C) complementar.
- (D) permanente.
- (E) suplementar.

30. A área da assistência social prevê a realização da vigilância social das exclusões e estigmatizações presentes nos territórios de maior incidência de vulnerabilidade. Essa perspectiva sinaliza a intencionalidade da política em fugir de qualquer pretensão homogeneizadora, reconhecendo desigualdades e diferenciações dos espaços em que a população se assenta e vive. Para além de uma base material, o território é composto pela interação permanente de objetos e ações, sinônimo de espaço humano, de espaço habitado.

Essa perspectiva constitui as bases de importante conceito para a política de assistência social, o conceito de território

- (A) complexo.
- (B) residual.
- (C) devastado.
- (D) precarizado.
- (E) usado.

31. Por reconhecer as fortes pressões que os processos de exclusão geram sobre as famílias brasileiras, acentuando suas fragilidades e contradições, faz-se primordial sua centralidade no âmbito das ações da Política de Assistência Social. As linhas de atuação com as famílias em situação de risco devem abranger desde o provimento de seu acesso a serviços de apoio e sobrevivência, até sua inclusão na rede socioassistencial. As situações de risco demandam intervenções em problemas específicos ou abrangentes.

Nesse sentido, é preciso desencadear estratégias de atenção às famílias que visem a elaboração de novas referências morais e afetivas, no sentido

- (A) do desenvolvimento global de seus membros.
- (B) da inserção laborativa de seu provedor.
- (C) de prover seu sustento.
- (D) do fortalecimento de sua função protetiva.
- (E) da responsabilização da família extensa.

32. Estar em situação de rua é uma gravíssima violação de direitos humanos. Condutas governamentais higienistas permanecem na atualidade com uma nova roupagem para lidar com essa população, especialmente nas capitais brasileiras com maior concentração dessas pessoas. O poder público insiste em utilizar como estratégia o encaminhamento dessa população para abrigamento.

Embora seja uma estratégia importante, na medida em que promove a acolhida e a preservação da integridade, normativas e orientações técnicas recomendam que o trabalho de assistentes sociais com pessoas em situação de rua se paute na busca pela promoção da autonomia e na reconstrução e no fortalecimento

- (A) de sua capacidade laborativa.
- (B) dos vínculos familiares e comunitários.
- (C) do direito de ir e vir.
- (D) das relações entre pares.
- (E) das estratégias de sobrevivência.

33. O abuso sexual de crianças e adolescentes é ainda subnotificado quando comparado a outros tipos de violência. A maioria dos abusos acontece no espaço familiar ou comunitário e em muitos casos os abusadores não deixam evidências de violência física ou quaisquer outros tipos de vestígio.

Reconhecendo a importância de aprimorar os mecanismos de denúncia, notificação e investigação da exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes, especialistas no assunto e os planos de enfrentamento dessa questão apontam também para a necessidade de assegurar ações preventivas contra esse tipo de violência, fundamentalmente pela educação, sensibilização e

- (A) autodefesa.
- (B) oposição.
- (C) resistência.
- (D) determinação.
- (E) superação.

34. A supervalorização da especialização no âmbito do conhecimento acaba por cristalizar os procedimentos técnicos, dificultando o diálogo entre as diferentes áreas do saber e setores profissionais. O conhecimento especializado restringe ao simples o que é complexo. Delimita as fronteiras de cada disciplina, o que conduz ao enfraquecimento da responsabilidade dado que o especialista tende a ser o responsável apenas pela sua parte. Já a intersectorialidade significa aceitação e vivência da diferença em uma relação em que convivem o consenso e o conflito.

Não se trata de substituir as especialidades por generalidades, mas sim a substituição de uma Ciência fragmentada por uma Ciência

- (A) Organizada.
- (B) Elementar.
- (C) Unificada.
- (D) Básica.
- (E) Superior.

35. O CadÚnico é instrumento de coleta, processamento, sistematização e disseminação de informações, com a finalidade de realizar a identificação e a caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda que residem no território nacional. É utilizado para o acesso e a integração de programas sociais do Governo Federal destinados ao atendimento desse público.

Para fins de inscrição, o CadÚnico considera como “família” a unidade composta por um ou mais indivíduos que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas pela unidade familiar e que

- (A) sejam moradores em um mesmo domicílio.
- (B) comprovem laços legais.
- (C) tenham parentesco até terceiro grau.
- (D) estejam desempregados a três meses ou mais.
- (E) apresentem demandas diferenciadas.

36. Um dos mais importantes pilares normativos da profissão de assistente social no Brasil é o Código de Ética Profissional, que regulamenta, disciplina e legitima o exercício profissional. Instituído pela Resolução CFESS nº 273/1993, o Código contempla direitos e deveres que integram o conteúdo da formação e também do exercício da atividade profissional.

De acordo com as prescrições explicitadas no artigo 3º (a) do Código de Ética, constitui um dos deveres do/da assistente social

- (A) participar na elaboração e no gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais.
- (B) oferecer desagravo público por ofensa que atinja a sua honra profissional.
- (C) aprimorar-se profissionalmente de forma contínua, colocando-se a serviço dos princípios desse Código.
- (D) dispor de condições de trabalho condignas, de forma a garantir a qualidade do exercício profissional.
- (E) desempenhar suas atividades profissionais, com eficiência e responsabilidade, observando a legislação em vigor.

37. A Lei nº 8.662/1993 tem como norte a concepção de profissão que fundamenta o projeto ético-político do Serviço Social. Na referida lei, as atribuições privativas são aquelas designadas exclusivamente para o Serviço Social, enquanto que as competências são compartilhadas com outras profissões.

De acordo com o artigo art. 4º (II), constitui uma das competências do Assistente Social: elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação

- (A) dos usuários.
- (B) de empresas privadas.
- (C) do Estado.
- (D) da sociedade civil.
- (E) das famílias.

38. De acordo com a Resolução CFESS nº 1.114, de 04.09.2025, o tratamento de dados e informações em ambiente digital não exige a/o assistente social da responsabilidade pelo sigilo profissional.

Delibera o art. 7º da referida Resolução que as/os assistentes sociais devem evitar a gravação de atendimentos, seja em ambiente convencional ou digital, salvo em situações excepcionais

- (A) a pedido do usuário.
- (B) legalmente autorizadas.
- (C) aprovadas pelo CRESS.
- (D) determinadas pelo gestor institucional.
- (E) dentro do estritamente necessário.

39. De acordo com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB/RH-SUAS), entende-se por equipes de referência aquelas constituídas por servidores efetivos responsáveis pela organização e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial.

Essas equipes de referência devem ser constituídas por profissionais, levando-se em consideração o número de famílias e indivíduos referenciados, as aquisições que devem ser garantidas aos usuários e

- (A) os critérios de elegibilidade.
- (B) o número de instituições parceiras.
- (C) as expectativas dos beneficiários.
- (D) o tipo de atendimento.
- (E) a infraestrutura disponível.

40. A Assistência Social se configura como política pública a partir da Constituição Federal de 1988, constituindo, no mesmo nível da Saúde e da Previdência Social, o tripé da Seguridade Social.

A sua regulamentação foi realizada em 1993, com a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) nº 8.742, que estabelece normas e critérios para organização da Assistência Social, sendo cinco os princípios que regem essa política, dentre os quais destaca(m)-se a

- (A) divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.
- (B) gestão das ações na área de Assistência Social organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo.
- (C) integração da rede pública e privada de serviços, programas, projetos e benefícios de Assistência Social.
- (D) consolidação das ações compartilhadas, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os entes federativos.
- (E) implementação, a gestão do trabalho e a educação permanente na Assistência Social.

41. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) expressa a materialidade do conteúdo da Assistência Social. Como política de Proteção Social, a Assistência Social busca garantir a todos que dela necessitam, e sem contribuição prévia, a provisão dessa proteção. Como prevista na PNAS, a proteção social deve garantir as seguranças de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; de convívio ou vivência familiar.

A segurança de rendimentos é a garantia de que todos tenham uma forma monetária de assegurar sua sobrevivência, independentemente de suas limitações para o trabalho ou do seu desemprego, operada por meio da concessão de auxílios financeiros e de

- (A) programas de qualificação profissional.
- (B) projetos temporários.
- (C) iniciativas de geração de renda.
- (D) cadastros de reserva de vagas.
- (E) benefícios continuados e eventuais.

42. O SUAS é integrado pelos entes federativos e pelos respectivos conselhos de assistência social. O sistema é constituído também por entidades e organizações de assistência social e por um conjunto de instâncias de pactuação e deliberação, compostas pelos diversos setores envolvidos na área. Constitui requisito mínimo para adesão à gestão inicial do SUAS a efetiva consolidação dos conselhos, planos e fundos de assistência social, em cada esfera de governo.

Essa organização do SUAS expressa uma de suas diretrizes, qual seja, a

- (A) da avaliação e do monitoramento.
- (B) da democratização de informações.
- (C) da descentralização político-administrativa.
- (D) da seletividade das ações.
- (E) do pacto de aprimoramento.

43. O Pacto de Aprimoramento firmado entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, é o instrumento pelo qual se materializam as metas e as prioridades nacionais no âmbito do SUAS, e se constitui em mecanismo de indução do aprimoramento da gestão, dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

De acordo com a Norma Operacional Básica do SUAS (art. 39, §1º) o processo de acompanhamento se dará pela União aos Estados e ao Distrito Federal e pelos Estados aos respectivos Municípios, que adotarão como instrumentos de assessoramento os planos de providências e de

- (A) reestruturação.
- (B) metas.
- (C) desempenho.
- (D) apoio.
- (E) implementação.

44. Na ocorrência de uma calamidade pública ou emergência, o SUAS tem sua atuação definida na “Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais”, por meio da oferta de alojamentos provisórios, atenções e provisões materiais, conforme as necessidades detectadas.

De acordo com a referida normativa, trata-se de um Serviço da Proteção Social Especial (Alta Complexidade), referenciado ao órgão gestor da Assistência Social, funcionando mediante a mobilização de

- (A) voluntários/as cadastrados/as.
- (B) equipe de prontidão.
- (C) unidades móveis de atendimento.
- (D) parceiros institucionais.
- (E) membros da comunidade.

45. O Estudo Socioeconômico/Estudo Social é definido como processo de conhecimento, análise e interpretação de uma determinada situação social. Sua finalidade imediata é a emissão de um parecer sobre tal situação, do qual o sujeito demandante da ação depende para acessar benefícios, serviços ou resolver litígios. O Relatório Social se traduz na apresentação descritiva e interpretativa da situação.

Referenciado em fundamentos teóricos, éticos e técnicos, a depender do objetivo do Estudo, o Relatório prevê um parecer social, de caráter conclusivo ou

- (A) parcial.
- (B) sigiloso.
- (C) suplementar.
- (D) indicativo.
- (E) preliminar.

46. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é o principal instrumento normativo do Brasil sobre os direitos da criança e do adolescente. O ECA incorporou os avanços preconizados na Convenção sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas e regulamentou o art. 227 da Constituição Federal, que determinou direitos e garantias fundamentais a crianças e adolescentes.

Conforme determina o art. 19 do ECA, é direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta

- (A) sua adaptação consciente.
- (B) sua formação humana.
- (C) seu desenvolvimento integral.
- (D) seu caráter singular.
- (E) seu interesse educativo.

47. Conforme determina o Estatuto da Pessoa com Deficiência (art. 17), os serviços do Sistema de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) deverão promover ações articuladas para garantir à pessoa com deficiência e sua família a aquisição de informações, orientações e formas de acesso às políticas públicas disponíveis, com a finalidade de propiciar

- (A) sua plena participação social.
- (B) a recuperação de sua autonomia.
- (C) sua posição política.
- (D) sua emancipação humana.
- (E) sua vida laboral ativa.

48. De acordo com a Lei nº 13.146/2015, a assistência social à pessoa com deficiência deve envolver um conjunto de serviços do âmbito da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial, ofertados pelo SUAS.

Dentre tais serviços, estão as residências inclusivas que, de acordo com o referido Estatuto, são destinadas a jovens e adultos com deficiência, em situação de dependência, que não dispõem de condições de autossustentabilidade e com vínculos familiares fragilizados ou rompidos, ofertadas por meio do Serviço

- (A) Especializado em Abordagem Social.
- (B) de Proteção Social no Domicílio.
- (C) Especial de Habilitação e Reabilitação.
- (D) de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.
- (E) de Acolhimento Institucional.

49. Intimidação, dependência emocional ou financeira, medo de retaliação e pressão social são alguns dos motivos que levavam a mulher, vítima de violência doméstica, a “retirar a queixa” contra aquele que a agrediu. A Lei Maria da Penha altera esse procedimento na medida em que determina em seu art. 16 que nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida, só será admitida sua renúncia perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, ouvido o Ministério Público e

- (A) mediante retratação do agressor.
- (B) após ouvido familiar de parentesco mais próximo.
- (C) antes do recebimento da denúncia.
- (D) considerando o testemunho de filhos maiores.
- (E) respeitado laudo psicológico.

50. Na concepção adotada pelos Programas de Transferência de Renda, as condicionalidades podem ser entendidas como um contrato pautado por três tipos complementares de responsabilidade: das famílias em relação ao cumprimento de uma agenda mínima na área da saúde e da educação; do poder público em prover serviços nessas áreas; e o monitoramento, tanto do cumprimento das condicionalidades pelas famílias como do seu acesso aos direitos sociais básicos, responsabilidade essa de caráter

- (A) compensatório.
- (B) intersetorial.
- (C) sigiloso.
- (D) suplementar.
- (E) autônomo.

RASCUNHO

